

MOVIMENTOS SOCIAIS



O estado de golpe vivido no Brasil cria um vazio democrático que só pode ser preenchido pela pressão das mobilizações populares. A história cobrará os assaltantes do poder, e o povo brasileiro parece entender isso cada vez mais.

A DEMOCRACIA DAS RUAS

O deserto do real

A história do Brasil poderá marcar o mês de julho de 2017 como o mês em que foi aprovada uma nefasta reforma trabalhista, em que foi enterrada uma denúncia de crime comum do presidente ilegítimo e em que o presidente Lula foi condenado sem provas por um juiz de primeira instância.

Esses elementos, por si só, seriam suficientes para uma intensa mobilização nas ruas, em níveis muito parecidos com outros momentos da história do Brasil. Por outro lado, o mês de julho poderá ser marcado na história como o mês de uma resistência em nível de desobediência civil de senadoras que não aceitavam a votação de uma reforma que destrói direitos historicamente conquistados, especialmente das mulheres.

Naquela que foi talvez a maior “live” da história da esquerda, a senadora Gleisi Hoffmann, presidenta do Partido dos Trabalhadores, ficou ao vivo por várias horas, mostrando a resistência à reforma de uma manei-

ra nunca antes assistida.

Não foram raros os momentos em que foi possível sentir a pressão, sentir o peso do que estava acontecendo, e principalmente sentir o que de fato acontecia no Senado naquele momento. Não por acaso o vídeo, compartilhado por milhares de pessoas, teve mais de 700 mil visualizações ao longo do dia.

Dias depois o presidente Lula, em entrevista ao jornalista José Trajano, foi visto por mais de um milhão de pessoas, numa “live” também extremamente compartilhada naquilo que foi chamado por Trajano de uma verdadeira “rede da legalidade”.

A narrativa histórica depende essencialmente de seu interlocutor, da sua ideologia e do seu estado de espírito. Qualquer análise do tempo atual deve seguir essa mesma lógica. Adicionem a isso variáveis hoje não bem compreendidas, como o engajamento nas redes sociais, as tentativas de manipulação da opinião pública e a crise da representatividade democrática

ampliada pelo comportamento de setores do poder Judiciário e Ministério Público e o estado de golpe vivido no Brasil.

Assim, não há análise que se complete ante a enormidade de elementos que nos deixam num estado de crise social profunda, cuja solução só é possível numa composição de forças em massa. Em meio a esse processo, assistimos ao espetáculo da mentira e da subserviência do Parlamento brasileiro aos interesses unilaterais e nefastos do setor empresarial na votação da reforma trabalhista.

E os sindicatos?

Esse ano, há praticamente três meses, o Brasil assistiu à maior paralisação de trabalhadores de sua história. À época, a ameaça da votação da reforma da Previdência foi o grande amálgama capaz de unir as centrais sindicais para organizar um movimento de proporções históricas.

Apesar de ter sido sumariamente ignorada pela grande mídia, a greve geral foi o ponto alto da resistência popular após o golpe de estado sofrido pelo Brasil em 2016. A união das centrais sindicais nesse processo foi substancial, mas não foi mais percebida desde então.

Nesse processo, há uma série de elementos que podem ser colocados, mas há um elemento central que aponta para a atual conjuntura: as centrais sindicais não são um grupo homogêneo, e as suas históricas diferenças políticas foram escancaradas dessa vez. Sobretudo a diferença daqueles que se prestam a um sindicalismo subserviente, articulado em negociações escusas.

Não por acaso nesta semana foi anunciada uma reunião, que a mídia insiste em afirmar “com as centrais sindicais”, de maneira obscura, em que sindicalistas (nenhum da CUT, da Intersindical e da CSP-Conlutas) foram à sala “livre de grampos” do presidente golpista negociar um novo instrumento de financiamento dos sindicatos.

Curiosamente, os mesmos que se sentaram à mesa com os ilegítimos foram aqueles que, dias antes da segunda greve geral convocada, simplesmente a abandonaram, sob o argumento de que os atos, naquela altura, representariam a defesa pela antecipação das eleições diretas, “misturando com o combate

às reformas”.

De uma maneira absurda, esses representantes acabaram por ser responsáveis em minimizar os efeitos mobilizadores das reformas, e acabaram por ferir gravemente um aspecto histórico do tecido social brasileiro: os direitos trabalhistas.

O galope do golpe abalou uma das mais importantes estruturas da democracia brasileira, e o fez em quase silêncio, 24 horas antes do estardalhaço da condenação absurda do presidente Lula. Podemos dizer que boa parte das instituições brasileiras mergulha a sociedade ora numa escuridão irreversível, ora numa confusão incontornável.

No entanto, cada vez mais, como nas centenas de milhares de pessoas que estão acompanhando as narrativas alternativas do momento em que vivemos, sobretudo nas redes sociais, o tempo da sustentabilidade dessa escuridão e confusão parece diminuir.

Números em tempos de interrogações

Nesse contexto, o DataFolha realizou, no mês de junho, uma pesquisa sobre o perfil ideológico dos brasileiros (leia mais na pág. 9). Com todas as ponderações de metodologia e de enviesamento das perguntas, há notícias importantes. Aqui, tomaremos conta de tratar de números que mostram o mundo do trabalho e do sindicalismo.

A pesquisa apontou que 53% da população brasileira entendem que as leis trabalhistas mais protegem os trabalhadores do que atrapalham o crescimento das empresas, e que por isso a proteção do trabalho deve ser ampliada. Numa sociedade com pleno funcionamento das instituições democráticas, isso já deveria ser elemento suficiente para a não efetivação da reforma trabalhista.

A pesquisa trouxe também uma pergunta em que os entrevistados deveriam dizer se os sindicatos são importantes para defender os interesses dos trabalhadores ou se os sindicatos servem mais para fazer política do que defender trabalhadores. Numa tacanha contraposição entre fazer política e defender trabalhadores, o DataFolha atingiu um resultado de 38% de pessoas que concordaram com a primeira alternativa contra 58% que concordaram com a segunda.

Com todo o esforço para conquistar uma resposta enviesada, o DataFolha ainda não chegou, com a sensação geral sobre os sindicatos, nem perto dos índices negativos de confiança nas instituições. Talvez por isso não tenha dado a devida divulgação a esses dados. Afinal de contas, entender que quase 40% dos brasileiros ainda acham que sindicatos servem para defender os interesses dos trabalhadores, num cenário em que uma liderança sindical lidera todas os cenários de intenção de voto para 2018, não é uma boa notícia para a casa-grande brasileira.

Assim, podemos entender que há, sim, uma sensação (menor que a da média das instituições) de que a crise de representatividade também atinge os sindicatos. No entanto, com a pergunta enviesada e com a comparação com as outras instituições, podemos enten-

der que as pessoas ainda separam informações que a mídia não separa.

Também, ao contrário do que prega a mídia diariamente, a maioria da população brasileira acredita nas tarefas do Estado (76% acham que o governo deve ser o maior responsável por investir no país e fazer a economia crescer) e na necessidade da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Esse fenômeno, na nossa opinião, aponta para o fato de que as diferentes estratégias sindicais das centrais acabam por afetar o cenário da legitimidade sindical. Isso significa apontar que o esclarecimento público sobre a existência de várias centrais, que pensam diferente, e agem diferente, pode organizar um pouco mais essa visão, contribuir com a resistência e melhorar a disputa.